Nota sobre o impacto da expansão da educação sobre a raça na década de 90

Simon Schwartzman
(fevereiro de 2002)

Uma questão que tem sido discutida é se, com a expansão da educação havida no Brasil nos últimos anos, a desigualdade entre os grupos raciais, definidos pelas categorias do IBGE, tem se mantido ou diminuído. A comparação dos dados das PNADs entre 1992 e 1999 mostra mudanças significativas.

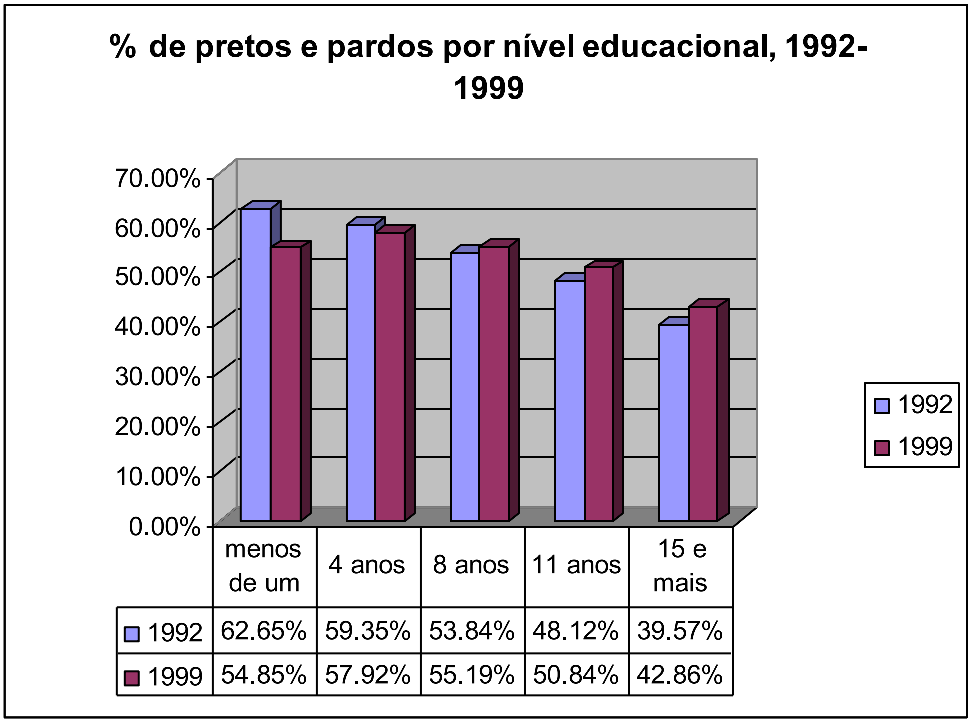

Gráfico 1

O Gráfico 1 dá a percentagem de pretos e pardos em cada nível educacional, para a população de 15 anos e mais – um ano ou menos de educação, 4 anos de educação (o antigo primário), 8 anos (o atual básico), 11 anos (secundário) e 15 anos e mais (nível superior). Os dados mostram que a proporção de pretos e pardos melhora a partir dos níveis educacionais mais altos, e se reduz nos níveis inferiores – ou seja, o sistema está ficando mais igualitário. Não são diferenças grandes, mas elas apontam uma clara melhoria no padrão de diferença racial por educação no país. Assim, não é verdade que não tem havido mudanças.

A tabela 1 dá os aumentos do número de pessoas matriculadas em cada nível educacional, entre 1992 e 1999. São dados para todas as idades.

Tabela 1

Aumento percentual da matrícula por nivel educacinal e raça, 1992-1999							
	% de aumento						número
	Indígena	branca	Preta	Oriental	Parda	Total	
pre escolar	549.8%	72.7%	63.0%	49.2%	31.4%	51.9%	218,859
alfabetização de adultos	354.1%	183.3%	156.0%		193.8%	187.1%	3,650,333
regular de prim grau	112.8%	5.5%	22.0%	7.8%	23.2%	14.1%	4,363,618
supletivo de prim grau		94.9%	225.2%	-42.5%	123.9%	111.5%	399,249
regular de segundo grau	581.6%	73.3%	135.3%	13.7%	128.5%	91.7%	130,744
supletivo de segundo grau		151.5%	184.9%	764.6%	265.3%	185.4%	27,867,633
pre vestibular		88.4%	154.2%	266.7%	148.1%	105.2%	1,433,206
superior	308.8%	73.7%	73.7%	210.0%	80.5%	76.2%	185,728
mestrado ou doutorado		191.1%	-51.2%	51.3%	159.1%	173.0%	74,409

Os avanços mais significativos foram a entrada de pretos e pardos na educação regular de 2 grau – aumentos da ordem de 130%, comparados com o total de 91% para a população como um todo. Proporcionalmente, os aumentos no ensino regular de primeiro grau são ainda maiores.

Por outro lado, a proporção de brancos aumenta tanto na educação pré-escolar quanto no nível da pós-graduação. Será que estaria havendo uma reversão do padrão de melhoria, com maior exclusão tanto na entrada quanto no nível mais alto da educação do país?

Em relação à educação pré-escolar, existe uma explicação simples: é que, na década de 90, este setor se expandiu sobretudo nos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) aonde a proporção de população branca é muito maior. A correlação entre proporção de brancos no estado e expansão da matrícula em pré-escola no período é de 0.62 (Tabela 2).

Não existe a mesma correlação, no entanto, para o que ocorre na pós-graduação. O aumento da seletividade racial neste nível, cujo tamanho absoluto é pequeno, pode estar significando um movimento efetivo dos profissionais de origem socioeconômica mais alta de se diferenciar da massa crescente de formados em nível superior, e isto estaria se refletindo na composição racial deste grupo. É uma tendência que precisaria ser mais bem estudada, mas que dificilmente seria revertida, simplesmente, com uma política de quotas raciais para mestrados e doutorados.

Tabela 2

	Variação da Matrícula nos diversos níveis de ensino, 1992-1999										
		alfabetização de adult	pre escolar	regular de prim grau	supletivo de prim grau	regular de segu grau	supletivo de segu grau	pre vestibular	superior	mestrado ou doutorado	Total
11	Rondônia	32.5%	62.6%	0.1%	97.0%	101.4%	233.5%	-47.0%	75.4%		21.5%
12	Acre		23.0%	10.2%	-2.3%	215.2%	-100.0%	780.8%	-7.4%		24.6%
13	Amazonas	-32.0%	39.1%	17.7%	220.8%	122.3%	178.0%	42.4%	65.7%		32.8%
14	Roraima	40.8%	92.9%	27.3%	-53.0%	158.1%	64.7%	25.2%	87.7%		48.7%
15	Pará	101.2%	68.4%	24.2%	36.3%	115.1%	98.0%	163.1%	33.9%	203.2%	40.1%
16	Amapá		118.6%	29.1%	264.1%	227.9%	336.9%		184.1%		69.7%
17	Tocantins	499.2%	7.0%	33.0%	238.2%	308.6%	-23.8%		1625.2%		52.4%
21	Maranhao	167.6%	29.8%	47.4%	176.8%	102.9%	407.3%	69.2%	328.4%		50.1%
22	Piaui		39.6%	18.5%	44.1%	46.7%	385.7%	96.6%	21.4%	-100.0%	27.8%
23	Ceara	531.7%	17.8%	46.4%	453.5%	157.3%	478.9%	147.6%	141.7%	868.8%	52.1%
24	Rio Grande Norte	888.0%	110.9%	25.0%	59.5%	93.4%	251.4%	43.5%	45.9%		44.4%
25	Paraíba	61.3%	3.2%	22.4%	325.5%	70.0%	53.6%	136.3%	34.6%	183.7%	25.3%
26	Pernambuco	474.0%	61.4%	17.6%	271.1%	45.6%	363.3%	108.3%	20.7%	121.3%	28.2%
27	Alagoas	360.2%	48.2%	24.9%	186.2%	52.8%		206.8%	187.6%	206.7%	35.5%
28	Sergipe	174.8%	74.1%	27.7%	281.7%	65.6%	56.9%	87.3%	125.0%		43.3%
29	Bahia	157.3%	-0.6%	35.0%	518.5%	93.2%	329.9%	105.9%	113.0%	190.9%	35.4%
31	Minas Gerais	180.9%	40.8%	10.8%	233.3%	140.8%	179.2%	209.6%	47.2%	49.3%	29.8%
32	Espirito Santo	352.6%	78.5%	9.1%	22.1%	98.7%	528.4%	124.2%	205.0%	201.8%	31.7%
33	Rio de Janeiro	160.6%	62.6%	0.2%	141.2%	59.4%	148.8%	80.0%	45.0%	92.9%	19.7%
35	São Paulo	57.3%	78.4%	0.4%	47.0%	81.0%	119.5%	84.4%	75.5%	148.5%	23.7%
41	Paraná	216.0%	132.1%	2.8%	215.9%	120.9%	353.6%	70.3%	114.4%	159.5%	33.8%
42	Santa Catarina	1028.2%	172.3%	15.7%	776.8%	82.2%	600.7%	127.6%	110.6%	1435.9%	45.2%
43	Rio Grande Sul	235.0%	142.7%	6.5%	80.8%	72.4%	104.0%	88.1%	74.6%	358.0%	29.5%
50	Mato grosso Sul	1.5%	115.7%	8.7%	115.7%	78.2%	115.8%	17.2%	142.5%	508.5%	28.6%
51	Mato Grosso	209.9%	58.1%	5.6%	241.0%	92.3%	688.0%	244.4%	73.8%	244.2%	26.4%
52	Goiás	394.7%	53.8%	20.9%	57.4%	141.8%	694.5%	117.9%	183.5%	109.7%	41.4%
53	Distrito Federal	60.6%	72.3%	6.1%	4.2%	89.1%	84.7%	10.3%	56.0%	258.3%	27.2%
		187.1%	52.0%	14.2%	111.5%	91.7%	185.4%	105.2%	76.2%	173.0%	31.4%